

Everton Lazzaretti Picolotto

Mestre em Extensão Rural pela UFSM. Doutorando em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ. E-mail: evpicolotto@yahoo.com.br

PROCESSOS DE DIFERENCIAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO SUL DO BRASIL: IDENTIDADE, ARTICULAÇÃO POLÍTICA E PROJETO

RESUMO

Os movimentos sociais do campo têm passado por mudanças significativas nos últimos anos. Buscando contribuir na compreensão destes processos, este artigo objetiva analisar as mudanças recentes nas identidades coletivas, na articulação política e nos projetos dos movimentos que se articulam na Via Campesina e na FETRAF. Estes movimentos tiveram origem comum nos anos de 1970 e 1980, passaram por diferentes fases em suas trajetórias, mantendo certa unidade de ação. Porém, a partir de meados dos anos 1990, suas estratégias de ação diferenciaram-se, ocorrendo mudanças nas identidades e projetos. A FETRAF passou a identificar suas bases como *agricultores familiares*, adotou a tática de obter maiores espaços na institucionalidade através da busca de sua democratização e, enquanto projeto, tem procurado ressignificar positivamente a pequena agricultura através do reconhecimento desta como “produtora de alimentos para a Nação”. Os movimentos da Via Campesina passaram a identificar suas bases como *camponeses*, adotaram a tática de construção de resistência ao capitalismo no campo e seus projetos visam fortalecer o modo camponês de produzir e viver e transformar as estruturas socioeconômicas.

Palavras-chave: movimentos sociais, diferenciação política, FETRAF, Via Campesina

DIFFERENTIATION PROCESSES IN RURAL SOCIAL MOVEMENTS IN THE SOUTH OF BRAZIL: IDENTITY, POLITICAL ARTICULATION AND PROJECT

ABSTRACT

The social movements have been experiencing significant shifts in the last years. Intending to contribute in the comprehension of these processes, the present paper aims at to analyze the recent shifts in the group identities, in the political articulation and in the projects in the movements which were organized in the Via Campesina and in the FETRAF. Those movements had its common origins in 1970 and 1980, having different stages in their trajectories maintaining a unity of action, however, in the middle of the nineties, their strategies of action become different from each other through shifts in their identities and projects. The FETRAF has become to identify its background as family farmers, adopting the strategy of broaden spaces in the institutionalism through the search of its democratization and, as a project, has been tried to change positively the small agricultural production through the recognition of that as “food producers to the Nation”. The movements of the Via Campesina became to identify its bases as farmers, they adopt the tactics of construction of resistance against capitalism in the fields and, in their projects, they intend to reinforce the land worker’s mode of production, living and transforming the social-economical structures.

Key words: social movements, political differentiation, FETRAF, Via Campesina

1. INTRODUÇÃO

As políticas de modernização da agricultura (que visavam, entre outras coisas, a especialização das atividades agrícolas e a transferência de trabalhadores para o meio urbano) não foram recebidas com passividade por todos os segmentos sociais do campo; muitos promoveram lutas de resistência. Em vários locais do Brasil, ainda nos anos de 1970, os pequenos agricultores, os “sem-terra”, os “atingidos por barragens”, os indígenas, os seringueiros, as mulheres trabalhadoras rurais, entre outras categorias, organizaram-se para lutar contra a expropriação de seus meios de produção e encontrar alternativas para a continuação de sua reprodução social. Algumas das ações destes grupos formaram o que se concebe na sociologia como *movimentos sociais*.

Movimento social é definido por Touraine (2006, p.175) como “o ator de um conflito, agindo com outros atores organizados, que lutam pelo uso social dos recursos culturais e materiais, aos quais os dois campos atribuem, tanto um como outro, uma importância central”. Assim, são fundamentais na definição de um movimento social os processos de constituição de identidade, a manifestação de um conflito com um adversário e a afirmação de um projeto de futuro. Castells (2002) destaca que em função das transformações ocorridas nos vários domínios das atividades humanas atualmente estamos diante do conflito dos processos globais com as identidades locais. Nesse cenário, os movimentos sociais podem fazer uso de identidades coletivas com distintas funcionalidades, a saber: identidade legitimadora, de resistência e de projeto.¹ Melucci (2001) complementa estas definições afirmando que os movimentos sociais contemporâneos apresentam-se mais como “redes de solidariedade” com fortes conotações culturais do que como movimentos classistas. Esta característica os diferencia dos atores políticos ou das organizações formais. A identidade coletiva é “um produto de trocas, negociações, decisões, conflito entre os atores” (MELUCCI, 2001, p.23). Assim, atribui à identidade coletiva uma definição “interativa e compartilhada” e isso significa: “construída e negociada através de um processo

repetido de ativação das relações que ligam os atores” (*id.* p.69). Ou seja, as identidades se definem para o ator quando este está em relação com outros atores.

O surgimento dos movimentos sociais rurais que são foco deste trabalho ocorreu a partir do final dos anos de 1970 e início dos de 1980 na região Sul do Brasil. O sindicalismo rural tradicional foi questionado pelas “oposições sindicais” que deram origem a um “novo sindicalismo” que contribuiria na formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Importantes setores marginalizados do campo optaram por promoverem ações “por fora” da institucionalidade estabelecida, questionando o modo de utilização de recursos e propondo transformações sociais. Estes também constituíram expressivos movimentos sociais: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR); e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

A trajetória destes atores sociais inclui uma gama de ações coletivas e de experiências socioeconômicas que, em seu conjunto, contribuíram para transformar algumas estruturas da sociedade brasileira. Promoveram transformações na medida em que se colocaram como construtores de uma nova ordem contra-hegemônica, estruturaram experiências de viabilização autônoma da sua base social (agricultura alternativa, associações de cooperação, assentamentos coletivos, etc.) e buscaram interferir na institucionalidade estabelecida visando ampliar os espaços públicos de manifestação cidadã e democratizar o Estado (NAVARRO, 1996; SCHERER-WARREN, 1996; PAOLI & TELLES, 2000).

Apesar da expressividade política que estes movimentos alcançaram e as ações que promoveram para gerar alternativas no campo e frear o êxodo rural, este fenômeno continuou em várias regiões do país – principalmente nas regiões de agricultura mais modernizadas (MUELLER & MARTINE, 1997). Acompanhando estes processos e visando obter maior alcance as suas ações ao final dos anos 90 os atores sociais citados optaram por formar novas organizações representativas. De um lado, em 2001 formou-se a FETRAF-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agri-

¹ Para Castells (2002): a) *identidade legitimadora*: é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com o intuito de expandir e racionalizar sua dominação, se aplica a diversas teorias de nacionalismo; b) *identidade de resistência*: é criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferenciados dos que permeiam as instituições da sociedade; c) *identidade de projeto*: desenvolve-se quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social.

cultura Familiar da Região Sul) que inicialmente passou a articular o sindicalismo cutistas na região Sul, ampliando-se para o nível nacional sua abrangência com a formação, em 2005, da FETRAF-Brasil. De outro lado, em 1999 foi constituída a seção brasileira da Via Campesina que articula o MST, MPA, MAB, MMC². Estas novas organizações gerais passam a influenciar a construção de *identidades coletivas gerais* entre os movimentos. Enquanto a FETRAF apropria-se da identidade de *agricultor familiar* para dar unidade as suas bases sindicais, a Via Campesina adota a identidade internacional de *camponês* para unificar as bases dos movimentos associados.

O estudo dos movimentos sociais no Brasil tem enfatizado a descrição dos processos que deram origem aos movimentos, suas lutas e as transformações que estes alcançaram. As questões relativas aos fatores que constituem os movimentos, como estes se desenvolvem ao longo do tempo e as mudanças que as relações destes com outros atores provocam não têm recebido muita atenção da academia. Visando contribuir na investigação destas lacunas o objetivo deste artigo é analisar as mudanças recentes nas identidades coletivas, na articulação política e nos projetos dos movimentos que se articulam na Via Campesina e na FETRAF³.

2. FORMAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO SUL⁴

Inicialmente tiveram importante papel na motivação dos movimentos sociais na região Sul os “setores progressistas” das igrejas (católica e luterana). Segundo Zamberlam & Froncheti (1992, p.51) a concepção teórica da Teologia da Libertação orientou a prática das igrejas junto aos “pobres” do campo, principalmente na busca da “permanência do agricultor no seu meio”, face à “agressão do

capitalismo” e ao “esgotamento do modo de produção tradicional”, entendendo que a permanência deste agricultor em seu meio requeria o rompimento do projeto de integração aos mercados capitalistas e às agroindústrias. A partir disso surgiram propostas de fortalecimento dos laços comunitários locais, de formação de Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), de associações de cooperação agrícola, de movimentos reivindicatórios em torno de problemáticas específicas e a constituição de atores sociais autônomos (novas organizações). Do mesmo modo, entendeu-se conveniente ocupar os espaços institucionais estabelecidos, o que levou os agricultores organizados a disputarem os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's).

Os movimentos sociais que contaram com motivação das igrejas (MST, MAB, MMTR e o setor rural da CUT) assumiram inicialmente algumas identidades mobilizadoras comuns (além das suas específicas) tais como: “povo pobre”, “movimento popular” e “trabalhador”. Estas identidades serviram como unificadoras das lutas dos segmentos específicos e possibilitavam a definição de lutas comuns em prol da conquista de direitos para os “trabalhadores” ou para o “povo”. Ao mesmo tempo as lutas mais específicas de cada ator recebiam apoio dos outros atores. Assim, a luta dos sindicalistas da CUT pela conquista dos sindicatos considerados “pelegos” recebia apoio dos integrantes do MST, ao passo que as lutas por terra promovidas pelo MST recebiam apoio dos sindicatos cutistas.

No entanto, essa situação começa se alterar a partir de meados dos anos 90. Com o reordenamento do sindicalismo rural (aproximação entre a CUT e a CONTAG) e o reconhecimento oficial da categoria da agricultura familiar (contemplada com políticas públicas como o PRONAF) começa a se esboçar certo afastamento entre as organizações sindicais e os outros movimentos sociais. Nesse quadro surge o MPA como uma dissidência do sindicalismo cutista na região Sul (GÖRGEN, 1998)⁵.

² O MMC (Movimento das Mulheres Camponesas) é herdeiro político do MMTR.

³ Em função de se pretender abordar tanto elementos objetivos quanto subjetivos das organizações de trabalhadores do campo a metodologia adotada para o desenvolvimento desta pesquisa fundamenta-se em princípios de *pesquisa qualitativa*. Fez-se uso das seguintes fontes de informações e técnicas de investigação: a) revisão da literatura sobre a temática; b) entrevistas semi-estruturadas com lideranças políticas; c) análise de conteúdo de documentos das organizações; d) observação participante.

⁴ Neste artigo faço uso, em algumas partes, de dados e reflexões contidos em minha dissertação de mestrado (PICOLOTTO, 2006) e em minha monografia de especialização (PICOLOTTO, 2007). Sou grato a Prof^a Vivien Diesel (UFSM) pela orientação no mestrado e o Prof^o Pedro Neumann (UFSM) pela orientação na especialização.

⁵ Enquanto alguns sindicatos buscaram fortalecer o sindicalismo cutista (com certa articulação com a CONTAG) e o projeto da agricultura familiar que estava sendo gestado, outros preferiram mobilizar-se em outra organização (MPA) mais flexível e dinâmica, que permitia desenvolver lutas mais radicalizadas e “por fora” da estrutura oficial do sindicalismo (considerada demasiado burocrática e formalista).

Seguindo o caminho da segmentação a partir do final dos anos 90 ainda são criadas duas novas organizações gerais de trabalhadores do campo. Como já destacado, formou-se a seção brasileira da Via Campesina e a FETRAF.

Com a formação destes atores nos últimos anos vêm se desenhando estratégias diferenciadas de ação na sociedade. Enquanto alguns movimentos (os da Via Campesina) têm priorizado o enfrentamento das instituições e da ordem estabelecida, visando privá-las de legitimidade e construir novas formas socioeconômicas descomprometidas com as atuais, outros atores sociais (como os identificados com a FETRAF-Sul) têm buscado contribuir para a alteração das instituições existentes, visando, fundamentalmente, democratizá-las e adequá-las às suas pretensões. A partir destas diferentes pretensões estes blocos têm se afastando e até mesmo entrado em disputa recentemente.

Estas diferentes estratégias de atuação na sociedade podem estar relacionadas aos projetos sociais que as organizações almejam construir e o papel que o *sujeito agricultor familiar* ou *camponês* deve ter no porvir. Observando-se publicações das organizações e elaborações recentes de intelectuais orgânicos percebe-se algumas diferenças nos projetos e nas identidades.

A FETRAF-Sul vem buscando afirmar a identidade de agricultor familiar ao negar a identidade de pequeno produtor. Para tanto, vem estabelecendo uma diferenciação entre a *pequena produção* e a *agricultura familiar*, que implica em “diferentes concepções sobre o papel dos agricultores familiares” na sociedade atual e nos projetos de futuro, a saber:

Pequena produção revela uma formulação que deriva da compreensão de uma pequena produção capitalista **incompleta** e **não desenvolvida**. Ou seja, os **pequenos agricultores são produtores atrasados e marginalizados no capitalismo**, como são explorados fazem parte do proletariado agrícola e, portanto, são uma classe com “potencial revolucionário” para construção de uma sociedade socialista. [...]. Já a expressão “**agricultura familiar**” procura designar uma forma de **produção moderna e mais eficiente** sob o ponto de vista econômico, social e ambiental. [...] existem diferentes concepções sobre os rumos da sociedade entre os que acreditam no papel estratégico da agricultura familiar. (FETRAF-SUL, 2003, p.16) (grifos nossos).

Nesta busca de diferenciação entre “pequena produção” e “agricultura familiar” evidencia-se que a FETRAF-Sul

objetiva colocar-se como agente ativo na sociedade atual, que almeja fortalecer o segmento social da agricultura familiar tanto para adequar-se ao modo capitalista de produção vigente, quanto para ser uma forma concreta de agricultura em uma possível “sociedade socialista”. A construção da identidade da agricultura familiar, então, busca livrar-se do caráter “atrasado”, “imperfeito” e “incompleto” da noção de pequena produção e elaborar uma *ressignificação cultural* da pequena agricultura dando-lhes novos adjetivos, tais como: “produtora de alimentos”, “moderna” e “eficiente”.

O projeto da Via Campesina (no Brasil) é expresso em algumas elaborações recentes de intelectuais orgânicos. Com o livro organizado por Carvalho (2005) esta organização vem buscando avançar na definição da identidade e do projeto do campesinato⁶. O *camponês*, para Carvalho (2005, p.171), constitui-se “num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalista ainda que inserido na economia capitalista”. Com esta demarcação do sujeito camponês, o autor busca resgatar tanto a dimensão utópica do modo de vida camponês, quanto as alternativas de resistência camponesa ao capitalismo e as possibilidades de sua superação através da construção de novas bases socioeconômicas.

Inspirando-se em Castells, Carvalho (2005) ainda busca avançar na construção de bases teóricas para definição e fundamentação de uma estratégia para os movimentos sociais camponeses brasileiros. Propõe que se inicie com a tática de constituição de “identidades comunitárias de resistência ativa à exclusão social” ou como também chama em outro trabalho: “Comunidades de Resistência e Superação” (CARVALHO, 2002). Esta estratégia visa produzir um projeto de transformação social a partir dos elementos culturais e materiais do campesinato.

A formação de novas identidades coletivas gerais, a renovação dos projetos de porvir e as recentes articulações políticas dos atores sociais do campo podem ser indicadores dos novos caminhos percorridos. Estas alterações têm gerado novas dinâmicas sociais nas bases dos movimentos.

3. AFIRMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A afirmação da categoria “agricultura familiar” a partir de meados dos anos 90, segundo Medeiros (2001), de-

⁶ Este livro foi organizado por Carvalho em nome da Via Campesina.

veu-se a uma ordem de fatores: o aumento da importância dos “pequenos produtores” no interior do sindicalismo e a reivindicação destes por um “novo modelo de desenvolvimento”; o conhecimento de realidades europeias de agricultura familiar através da realização de atividades de formação e intercâmbios; articulação do sindicalismo (CUT/CONTAG) e a conquista de políticas públicas específicas (como o PRONAF); e, o reconhecimento institucional da agricultura familiar (FAO/INCRA, 1994).

A partir dos avanços organizativos dos movimentos e o reconhecimento institucional da agricultura familiar supõe-se que melhorou sensivelmente o quadro político para a “agricultura familiar”. Entende-se que, neste período, o sindicalismo cutista percebeu que poderia sair da defensiva e passar a articular seu projeto de viabilização da pequena agricultura (que havia se reforçado com os anos de luta) desde que o apresentasse segundo a nova identidade. Assim, parece que se coadunaram as pretensões do movimento com as do Estado em torno da constituição de uma “nova identidade”. Considera-se que quando o movimento assumiu a identidade de “agricultor familiar” ele saiu da defensiva e passou a constituir-se como sujeito que constrói e propõe um projeto de agricultura para a sociedade.

Destaca-se também que a recente valorização da “produção familiar” deve-se, de um lado, ao reconhecimento oficial e acadêmico desta agricultura como específica e produtora de grande parte dos alimentos consumidos no País e, de outro lado, ao trabalho de redescoberta dos produtos “artesanais”, “caseiros” ou “coloniais” promovido tanto pelas entidades dos agricultores familiares, quanto por setores do Estado e da academia. No caso da agricultura familiar as preocupações em torno à segurança alimentar (disponibilidade e padrões da produção de alimentos), a abertura de mercados para produtos diferenciados têm representado uma oportunidade para aqueles que, há tempos, buscavam alternativas à produção de *commodities*.

O modelo de agricultura proposto pelo sindicalismo da agricultura familiar fundamenta-se na construção da oposição entre a produção de *commodities* para exportação e a produção de “alimentos” para o consumo interno. Segundo esta perspectiva, enquanto o setor do agronegócio (patronal) dedica-se à produção de *commodities* para ex-

portação, a agricultura familiar responsabilizar-se pela produção de alimentos para o “povo” brasileiro. Esta pretensão é explicitada no lema da FETRAF: “*Agricultura Familiar: as mãos que alimentam a nação*”, aparecendo também nas chamadas dos Congressos da Agricultura Familiar organizados pela FETRAF-Sul (conforme Figura 1). Observa-se, na Figura 1, referências à diversidade de alimentos produzidos pela agricultura familiar (na inscrição das palavras “Agricultura Familiar” com alimentos). Assim, o projeto da agricultura familiar estaria buscando integrar-se à sociedade nacional, autoatribuindo-se a função de “alimentar a nação” (leia-se a produção de alimentos para o mercado interno)⁷.



Figura 1. Cartaz do Congresso de fundação da FETRAF-Sul, Chapecó, 28 a 30 de março de 2001.

A forma particular de representação do processo de produção de alimentos remete à especificidade da categoria. A Figura 2 apresenta os elementos “desejáveis” da agricultura familiar: família grande, coesa e socialmente estável (observa-se três gerações), descendente de colonos (uso de chapéu de palha) e produtora de variados alimentos para a nação.

Este projeto de agricultura familiar ao reivindicar esta função (“alimentar a nação”), produziu uma nova significação do processo de produção (que anteriormente era visto como penoso ou ineficiente), uma *ressignificação cultural positivada* dos elementos desta agricultura⁸. São in-

⁷ Observa-se também a influência ideológica da Igreja no que se refere à metáfora: “Plantando o Novo Sindicalismo”. A construção do “novo sindicalismo” faz do discurso que fundamentava a ação da Igreja desde a década de 80, quando da deflagração das primeiras oposições sindicais; e, da mesma forma, a expressão “Semente de uma Terra Solidária” refere-se aos objetivos de fortalecimento dos laços comunitários da cooperação, da ajuda mútua, da solidariedade ou em uma expressão síntese: da *agricultura familiar* integrada à comunidade.



Figura 2. Capa da Revista Semear nº 1, nov 2005. Editada pela FETRAF-Sul.

corporados ao discurso elementos ecológicos, da qualidade dos alimentos, de valorização da diversidade, bem estar, etc. A passagem a seguir é ilustrativa:

[...] eu não tenho dúvida, enquanto dirigente de cooperativa e enquanto agricultor também, que o meio rural hoje é um meio de se viver bem, basta organização e o agricultor acreditar em si mesmo. Porque aquilo que a agricultura oferece hoje, a agricultura familiar, é uma coisa muito rica, é uma coisa que o amanhã vai valer muito dinheiro, o salame, a banha, as hortaliças, as frutas, o mandiocal, o batatal, o mel das abelhas, as chimias. E, ainda, o que ele produz pra

vender, pra ganhar renda, o leite, produzir leite a base de pasto, o soja orgânico hoje tem mercado diferenciado, ele ganha de 20 a 30% a mais por ele produzir um produto diferenciado. (Liderança A. L.⁹).

Evidencia-se que a mobilização política e a organização dos agricultores familiares resultou na idéia, divulgada por suas organizações, de que “é possível ser feliz” como agricultor familiar (que a pequena produção pode sobreviver no capitalismo como produtora de alimentos para a Nação e que as famílias, ao exercerem este papel, podem viver bem e serem felizes). A letra da Música da Agricultura Familiar ilustra esta noção:

Sem medo de ser feliz na Agricultura Familiar/ Pois é esta a mão que faz a Nação se alimentar/ [...] Todos erguendo as bandeiras viva a luta popular.

É possível ser feliz com amor e muita paz/ Foi na terra que aprendi trabalhando com meus pais/ O sindicalismo novo é ferramenta pra lutar/ Trabalhadores fazendo a grande luta popular/ Unindo conhecimento com a coragem de mudar [...]. (GRUPO ECOSUL/FETRAF-SUL, 2006).

Destaca-se, assim, a postura de fortalecer a identidade da agricultura familiar como um elemento positivador da pequena produção, que tinha baixa auto-estima e estava em decadência desde os anos 80. Esta positivação resulta em uma inversão na forma de representação deste setor social. Por um lado, a remodelagem e ressignificação cultural da “pequena agricultura” em “agricultura familiar” tem fortalecido politicamente este setor social e propiciado o estabelecimento de melhoras na relação com o Estado e com a Sociedade. Considera-se que isso se deve, em grande medida, a eficiente mobilização sóciopolítica dos atores deste segmento e as pretensas intenções do Estado em dialogar com este segmento social para despolitizar a pauta da reforma agrária (como apontou MEDEIROS, 2001).

Por outro lado, observa-se que a *ressignificação* de atributos do “passado colonial”¹⁰, quando olhada com maior reserva, revela elementos conservadores na fundamentação da identidade e do projeto da agricultura familiar. Os elementos conservadores se evidenciam principalmente na intenção de preservação incondicional da unidade domés-

⁸ Em Picolotto (2006) identificamos como se processou esta ressignificação da pequena agricultura na agricultura familiar no município de Constantina, região do Alto Uruguai do RS.

⁹ Transcrição de entrevista realizada pelo autor em 2005 com uma Liderança da COOPAC (Cooperativa de Produção Agropecuária Constantina Ltda), organização articulada com a FETRAF-Sul.

¹⁰ Este “passado colonial” refere-se aos elementos culturais provenientes dos elementos humanos europeus (alemães, italianos, poloneses, entre outros) que colonizaram as regiões “desocupadas” da região Sul.

tica de produção enquanto unidade básica de reprodução da família agricultora e na negação de outras formas de organização social coletivistas que ocorre entre os assentados de reforma agrária (assentamentos coletivos)¹¹. Essa questão remete a outras diferenças levantadas por lideranças da agricultura familiar entrevistadas na região do Alto Uruguai do RS. Segundo seu entendimento não seria necessário “destruir” a agricultura familiar para formar fileiras de “sem-terras” e depois recriá-la de forma coletivista nos assentamentos. Melhor seria preservar e fortalecer os agricultores já estabelecidos, que possuem uma cultura local, um modo de produzir, uma estrutura comunitária firmada, propriedades individuais de cada família, em uma expressão síntese: “os com terra”. Indicações semelhantes também são encontradas em trabalhos que investigaram o sindicalismo rural cutista em nível mais amplo. Segundo Favareto (2001, p. 125) a partir de meados dos anos 90 “o discurso sindical passa a privilegiar a promoção de um desenvolvimento rural em novas bases, a partir do fortalecimento de um de seus agentes, a agricultura de base familiar. Trata-se, então, de buscar as alternativas dentro do quadro vigente, transformando-o”.

A reforma agrária em sentido estrito então deixa de ser uma questão central, pois o que o sindicalismo cutista/fetrafiiano objetiva é a busca do fortalecimento dos agricultores “com terra” e a reprodução das unidades familiares de produção. Assim, não deve causar surpresas que a FETRAF tenha aderido aos programas de Crédito Fundiário¹² (crédito para compra de terra criado pelo governo federal), enquanto outros movimentos (como os da Via Campesina) fazem oposição a estes programas. Além de intermediar o acesso das famílias que almejam terra através da compra pelo Crédito Fundiário, a FETRAF também organizou associações de jovens para acessar uma modalidade desse crédito específico para a juventude, chamado: “Nossa Primeira Terra”. Ou seja, no período mais recente, a reforma agrária para a FETRAF passa a significar mais “um instrumento para a expansão da agricultura familiar” (conforme caracterizado por Favareto, 2001), do que um projeto de transformação da estrutura agrária.

4. (RE)CRIAÇÃO DA AGRICULTURA CAMPONESA

O modelo de produção agrícola para o mercado internacional baseado no uso de sementes geneticamente modificadas (transgênicas), insumos industriais e altamente integrado à indústria conta com oposição dos movimentos ambientalistas e camponeses em todo mundo. A Via Campesina no Brasil tem buscando construir alternativas a este modelo e para isso tem procurado (re)criar formas de produção e de organização socioeconômicas mais “autônomas”.

Dentre as principais ações da Via Campesina tem ganho destaque a operacionalização da tática de formação de “comunidades de resistência e superação”. Carvalho (2002) inspira-se em Castells (2002) na construção de bases teóricas para definição e fundamentação de uma estratégia para os movimentos sociais camponeses brasileiros (Via Campesina). Propõe que se inicie com a tática de constituição de “identidades comunitárias de resistência ativa à exclusão social”. Carvalho compreende que estas identidades de resistência, uma vez formadas, permitem a constituição de projetos de transformação que podem se converter em projetos coletivos e, com isso, criar-se-iam as possibilidades de superação da sociedade atual. Assim, as “comunidades de resistência” fazem parte de um estágio de resistência e fortalecimento dos camponeses. Neste estágio os camponeses deveriam fortalecer os elementos do seu modo de vida e de produzir buscando construir bases tanto materiais (experiências), quanto consciência e organização política, visando superar a condição atual (CARVALHO, 2002; 2005).

Alinhadas com esta proposta de formação de “trincheiras” de resistência e de criação de experiências que permitam aos camponeses desenvolverem suas potencialidades materiais e culturais são destacadas, neste trabalho, algumas iniciativas relacionadas à formação de novas bases de agricultura ecológica, iniciativas de preservação das sementes (segurança alimentar), ações contra empresas multinacionais produtoras de sementes transgênicas e papel e celulose, experimentação de novas formas de assentamentos rurais e a ressignificação da pauta da “reforma agrária”.

¹¹ Uma liderança regional da FETRAF-Sul entrevistada na região do Alto Uruguai do RS, argumentou que nos assentamentos coletivos as famílias, ao mesmo tempo em que são “donas” de tudo, não possuem nada que seja “seu”, não possuem patrimônio. Dificultando, dessa forma, a reprodução social das famílias.

¹² Pereira (2005) faz uma descrição da implantação do Programa de Crédito Fundiário e outros similares no Brasil influenciados pelo Banco Mundial. O Programa de Crédito Fundiário começou a operar a partir de 2002.

4.1 AGROECOLOGIA E PRESERVAÇÃO DAS SEMENTES

Da crítica feita pelos movimentos camponeses e ambientalistas ao modelo de agricultura hegemônico a agroecologia é uma das principais proposições formuladas. A agroecologia é apresentada por Sevilla Guzmán & Molina (em livro editado pela Via Campesina) como a “solução para o problema socioambiental que atravessamos”. Agroecologia, assim, é entendida como um “manejo ecológico dos recursos naturais, em que aparece a dimensão social e política [...] e que esteja baseada na agricultura sustentável que surge do modelo camponês em sua busca por uma soberania alimentar.” (2005, p.11).

Baseados nestas demarcações teóricas os movimentos ligados a Via Campesina fazem trabalhos para fomentar e difundir a agroecologia no Brasil. Por meio de campanhas de conscientização e publicações de cartilhas, os movimentos incentivam os pequenos agricultores, os assentados e acampados de todo o Brasil a utilizarem a agroecologia como alternativa de produção ao modelo agrícola promovido pelo latifúndio¹³.

Outras questões que tem merecido atenção dos movimentos da Via Campesina referem-se à preservação das sementes e da diversidade genética e à garantia de segurança alimentar. A Via Campesina em nível mundial lançou no ano de 2002 uma campanha pelo domínio público das sementes¹⁴ e com isso, tem expressado sua contrariedade a apropriação dos recursos genéticos pelas empresas multinacionais. Em uma de suas declarações pode-se ler:

Opomo-nos que privatizem e patenteiem os materiais genéticos que dão origem à vida, à atividade camponesa, à atividade indígena. Os genes, a vida, são propriedade da própria vida. [...] Camponeses, homens e mulheres, pequenos agricultores, junto com pescadores e arte-

sãos, os povos indígenas e as comunidades negras, historicamente somos quem conserva, cria e maneja sustentavelmente a biodiversidade agrícola, que foi, é, e será a base de toda a agricultura. (VIA CAMPE-SINA, 2003, p.23-24).

No Brasil a Via Campesina tem promovido campanhas pela preservação das sementes, incentivado a produção de “sementes agroecológicas” e realizado eventos demonstrativos visando evidenciar a diversidade de material genético que os camponeses possuem e que considera que deve ser preservado¹⁵.

4.2 LUTA CONTRA AS EMPRESAS MULTINACIONAIS

A defesa das sementes e a busca pela segurança alimentar também passa pela luta contra a utilização de organismos geneticamente modificados (ou transgênicos) e contra as empresas multinacionais que ameaçam a agricultura camponesa. A Via Campesina tem promovido ações de repúdio em várias partes do mundo a produção de transgênicos e a implantação de florestas homogêneas de eucaliptos e pinus (a que tem chamado de “desertos verdes”). No caso do Sul do Brasil, estas lutas dos movimentos camponeses têm obtido repercussão na mídia e na sociedade. Um dos exemplos mais recentes deste tipo de ação foi a “destruição” de um viveiro pertencente a uma empresa multinacional da área de papel e celulose promovida pelo MMC, em março de 2006, no município Barra do Ribeiro-RS (conforme Figura 03).¹⁶ Este evento teve forte repercussão na mídia (inclusive mundial) e forte conteúdo simbólico, tendo em vista que neste mesmo período ocorria em Posto Alegre, a “Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural” (promovida pela FAO e o Governo Brasileiro). Neste ato a Via Campesina expressava sua discordância com o avanço dos do-

¹³ Em Veras (2005) pode-se encontrar uma análise das ações e do discurso sobre agroecologia do MST no RS.

¹⁴ Em junho de 2002, durante a realização da Conferência Mundial da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), em Roma, Itália, a Via Campesina Internacional decidiu implantar a campanha “sementes patrimônio do povo a serviço da humanidade”. Essa campanha foi formalmente lançada em janeiro de 2003 durante a realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (RS), no Brasil (CARVALHO, 2003).

¹⁵ Exemplo da expressão que a temática das sementes adquiriu na luta política atual desses movimentos no Brasil foi a “Festa Internacional da Semente”, no município de Anchieta/SC, no mês de abril de 2004, reunindo mais de 10 mil pessoas em uma semana de intercâmbio de experiências, estudos e debates (Martins, 2004). Outro exemplo é a produção de sementes orgânicas de olerícolas, articuladas pela marca Bionatur, vinculada ao MST no RS.

¹⁶ No dia 8 de março, 2000 pessoas, na maioria mulheres do MMC, ocuparam o horto florestal da empresa **Aracruz Celulose**, na Fazenda Barba Negra, em Barra do Ribeiro (RS). Elas foram tratadas pela imprensa como “terroristas” e “baderneiras”. Na sua versão, estavam fazendo um protesto contra o “deserto verde”, que está sendo espalhado pelo monocultivo do eucalipto e pinus e sendo solidárias com aldeias indígenas que foram destruídas pela empresa.



Figura 3. Mulheres do MMC (Via Campesina) em ação contra empresa plantadora de eucaliptos para papel e celulose no RS.

mínios das multinacionais sobre áreas de agricultura camponesa ou regiões de latifúndio decadentes (alvos de reforma agrária).

Para a Via Campesina seria necessário combater esta forma de exploração agrícola feita pelas empresas de papel e celulose para poder preservar e desenvolver a agricultura camponesa. Na Figura 04 pode-se visualizar como a Via Campesina trata esta oposição dos modelos de exploração agrícola camponês (que gera postos de trabalho e mantém a biodiversidade) e o do “deserto verde” (que degrada a natureza e gera exclusão social).

Além destas ações relacionadas à produção agroecológica, preservação da biodiversidade e da luta contra as empresas transnacionais, vale destacar também algumas experiências recentes de organização de coletivos sociais



Figura 4. Oposição de modelos expressado no panfleto “Lo que no se há hecho público del caso Aracruz”. Extraído do site da Via Campesina.

e a nova significação da pauta da “reforma agrária” no âmbito do MST.

4.3 NOVAS EXPERIÊNCIAS DE ASSENTAMENTOS: “COMUNAS DA TERRA” E “QUILOMBOS”

É de conhecimento público a capacidade de experimentação de novas formas de organização social que o MST tem promovido entre os assentamentos conquistados¹⁷. Contudo, nos anos mais recentes, no bojo de novos desafios assumidos o MST vem refletindo criticamente sobre suas experiências de assentamentos e, dessa reflexão, tem apontado para a necessidade de desenvolver novas “referências” de assentamentos adaptadas a cada região. Dessa avaliação surgiram novas propostas de organização dos assentamentos como as “comunhas da terra” e os “quilombos”.

¹⁷ Ao longo de sua história este movimento já experimentou várias formas de organização de assentamentos, com destaque para os “laboratórios experimentais” do campo e as várias formas de associativismo e cooperativismo que juntas formam o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA).

A proposta das comunas é apresentada em um Caderno publicado pela CONCRAB (2004, p.16):

A proposta consiste em organizar núcleos de economia camponesa próximo aos grandes centros urbanos com um primeiro objetivo de massificar a Reforma Agrária, ou seja, possibilitar acesso a terra para essa população que no passado veio do campo para as grandes cidades, que percorreram um longo caminho no processo de migração, saindo dos seus Estados de origem, indo para outras regiões do país a procura de oportunidades de trabalho no campo e acabaram nas grandes cidades.

Esta proposta de assentamentos próximos aos centros urbanos e formados a partir de elementos humanos “marginalizados” do meio urbano¹⁸ além de contribuir para promover a inclusão social destes, pode apresentar vantagens no acesso aos serviços públicos, na comercialização da produção do assentamento e na busca de rendas complementares (pela proximidade da cidade). Sendo assim, o modelo de assentamento chamado de “comuna da terra” tem público diferenciado do “campesinato tradicional”. Ele procura relacionar as dinâmicas urbanas e rurais visando incluir na luta pela reforma agrária as populações excluídas das cidades (que muitas vezes tem origem rural). Nessa lógica, aponta-se para a intenção de “recampesinação” (retorno ao campo), através da reforma agrária, de parcelas da população urbanizada pela falta de perspectiva no campo¹⁹.

Esse novo modelo de assentamento rural, como resultado e resposta à crise das cidades e também como alternativa para a viabilidade econômica de assentamentos pode trazer novos elementos para pensar a relação campo-cidade no sentido da superação dessa lógica dicotômica (tanto do ponto de vista espacial quanto cultural). Se por um lado, diminui a distância entre espaços rurais e urbanos, ao mesmo tempo em que é síntese desses dois

espaços, por outro, reafirma a defesa de um modo de vida camponês e se impõe enquanto tal. No mesmo sentido, objetiva preservar o espaço rural e a natureza, mesmo que introduzindo elementos urbanos a essa paisagem agrária.

Outra experiência inovadora de acampamento/assentamentos que demonstra a criatividade dos excluídos do campo e a sua capacidade de “reciclar” formas de organização e elementos culturais do passado, são as experiências dos “quilombos” organizados pelo MST no estado do Paraná²⁰. A formação de quilombos pode ser interpretada como parte da estratégia de formação de comunidades de resistência em regiões de predominância de latifúndios. Estas comunidades organizam-se como células de resistência que se estruturam, fazem trabalhos de fortalecimento sócio-político e continuam a receber novos integrantes (mesmo quando constituem assentamentos oficializados). São “analogias reais” aos antigos quilombos de escravos negros que fugiam do cativeiro e formavam comunidades em regiões de difícil acesso para que os seus “donos” não os recapturassem. Os novos quilombos têm a função de formarem comunidades camponesas em regiões pouco favoráveis a instalação de acampamentos de sem-terras. Não cumprem mais a função de proteger os “escravos fugidos”, mas a de fixar comunidades camponesas em regiões “inóspitas” a este tipo de agricultura.

A partir do momento que estas comunidades/acampamentos passam a ter acesso legal a terra e são formados os assentamentos passam a coexistir dois grupos de pessoas. Um que será o dos assentados com direito a exploração de uma parcela do assentamento e outro o dos “não-assentados”, que apesar de viver na mesma área não terá o direito legal de explorar uma fração de terra. Estes dois grupos podem conviver durante um período mais ou menos curto até que o segundo grupo consiga formar um novo acampamento (quilombo). Aos “não-assentados”

¹⁸ Um aspecto marcante desse tipo de assentamento é o público alvo. Segundo Goldfarb (2005, 01): “Trata-se, no geral, de moradores das periferias dos grandes centros urbanos, que possuem um passado ligado à terra, mas não necessariamente recente. [...] Compõem esses assentamentos e acampamentos camponeses que tiveram que deixar o campo, bóias-frias que foram às cidades em busca de melhores oportunidades, ex-presidiários, ex-prostitutas, moradores de albergues, desempregados e subempregados, jovens e velhos.”

¹⁹ A CONCRAB (2004) cita os exemplos de “comunas da terra” desenvolvidas em São Paulo: Comuna Dom Tomas Balduino na Regional Grande São Paulo, Assentamento Sepé Tiaraju, Regional Ribeirão Preto e Assentamento Nova Esperança I, na Regional Vale do Paraíba. Porém, segundo informação obtida com integrantes do MST, este novo modelo de assentamento está sendo experimentado em outras regiões do Brasil, inclusive na região Sul.

²⁰ Durante a realização do Curso de Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa (“Residência Agrária”) foi oportunizada uma visita ao Pré-Assentamentos “José Lutzenberger”, município de Antonina-PR. Este pré-assentamento foi apresentado como um “quilombo”. Grande parte das informações sobre esta experiência de assentamento foram obtidas nesta visita.

cabe a busca de condições objetivas para organizar um novo acampamento (novos sem-terras, recursos materiais, entre outros) formando uma nova célula ou comunidade, contribuindo, assim, com a expansão da agricultura camponesa. Dessa forma, a estruturação de novos quilombos tem a função de formar “comunidades de resistência” no interior de áreas de latifúndios. Resistência cultural e ideológica, no pensar uma nova forma de conceber os recursos naturais e do homem relacionar-se com eles. Em suma, aparece como uma “nova” tática de luta e de construção da reforma agrária.

4.4 RESSIGNIFICAÇÃO DA “REFORMA AGRÁRIA”

As experiências citadas acima dos movimentos articulados na Via Campesina também dão indicativos de mudanças na percepção sobre os adversários sociais e das proposições dos movimentos. O MST, por exemplo, em seu último congresso nacional²¹ procurou explicitar que em sua concepção a luta por “reforma agrária” já não é mais a mesma da dos anos 70-80, mas esta assume novos significados no período atual. Como aponta a declaração de um dirigente:

No Congresso, queremos fortalecer o MST e o nosso projeto para a sociedade brasileira, em particular em relação à **luta pela Reforma Agrária, que significa hoje enfrentar as grandes corporações ligadas ao capital financeiro, enfrentar o agronegócio** e, acima de tudo, discutir com a sociedade um novo modelo de agricultura. (MST, 2007, sn).

Estas alterações acerca do adversário do Movimento e das proposições sociais que este é portador, dão indicativos para novos significados possíveis para a pauta da “reforma agrária”. A reforma agrária na origem do MST era fortemente identificada com a luta contra os latifúndios improdutivos, atrasados. Agora a luta central passa ser a luta contra as corporações do capital financeiro e as empresas transnacionais que atuam na exploração agrícola, em uma expressão síntese: contra o *agronegócio*. Os camponeses estariam se lançando em uma estratégia que visa enfrentar o centro do capitalismo no campo e não mais somente os “latifúndios atrasados”. E essa estratégia passaria pela luta direta contra esses atores e pela construção de resistência material e cultural ao modelo de agricultura hegemônico (calcado no agronegócio). As “comunidades de resistência” seriam centrais nessa estratégia, visto que nelas além de se tornar possível a resistência, se po-

derá construir projetos de superação e de transformação da agricultura e da sociedade.

Deve-se destacar que o enfrentamento às empresas transnacionais não se dá somente na luta pela “terra”, mas também na luta pelo domínio da biodiversidade (as sementes particularmente, como se apontou acima) e o conhecimento construído por gerações humanas sobre o manejo dos recursos naturais. Em outras palavras, é uma luta pela preservação do conhecimento camponês sobre os recursos do seu meio. Essa luta também parece ser central para a Via Campesina a nível mundial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que os movimentos sociais rurais na região Sul têm passado nos últimos anos por um processo significativo de diferenciação e de formação de novas organizações (FETRAF-Sul e Via Campesina). Estas alterações são reflexos tanto da incorporação de identidades coletivas distintas (“agricultor familiar” e “camponês”) e adoção de estratégias de ação diferenciadas na sociedade (integração e confronto), quanto da diferenciação dos projetos de futuro dos movimentos: enquanto a FETRAF-Sul parece pretender transformar as instituições existentes para viabilizar a incorporação dos “agricultores familiares” como sujeitos na sociedade nacional, os movimentos da Via Campesina aparentemente têm buscado enfrentar e desconstruir as instituições existentes para propor a construção de uma nova institucionalidade. No entanto, estes processos em curso ainda estão em formato inconcluso, são mais indicativos dos possíveis caminhos do que certezas. Porém, algumas novas dinâmicas sociais motivadas por estas mudanças já podem ser observadas, a agricultura familiar tem buscado reverter às valorações negativas que lhe eram imputadas e os segmentos identificados como camponeses têm procurado desenvolver seu modo de produzir e sua cultura, através da organização política e da confrontação com o formato de agricultura do agronegócio e com as empresas transnacionais.

Evidenciou-se também neste trabalho que a “reforma agrária” tem assumido significados novos e distintos nas proposições dos atores sociais destacados. Enquanto para a FETRAF a “reforma agrária” assume mais o sentido de buscar a expansão da agricultura familiar (das unidades familiares de produção), para os movimentos da Via Cam-

²¹ O 5º Congresso Nacional do MST foi realizado em Brasília de 11 a 15 de julho de 2007.

pesina (principalmente o MST) ela representa a luta contra o domínio das grandes corporações financeiras e transnacionais na agricultura, além, é claro, da luta pela conquista de terra para as famílias “sem-terra”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, H. M. Comunidades de resistência e superação. Curitiba: Via Campesina, 2002.

_____. (org). Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

_____. O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTELLS, M. O poder da identidade. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CONCRAB. Novas formas de assentamentos de reforma agrária: a experiência das Comunas da Terra. Brasília: CONCRAB/INCRA, 2004 (Cadernos de Cooperação Agrícola nº 15).

FAO/INCRA. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável. Versão resumida do Relatório Final do Projeto – UTF/BRA/036, 1994, 24 p.

FAVARETO, A. S. Agricultores, trabalhadores: estudo sobre a representação sindical dos agricultores familiares brasileiros organizados na CUT. São Paulo: UNICAMP, 2001. (Dissertação de Mestrado).

FETRAF-Sul. Mutirão da agricultura familiar. Chapecó: FETRAF-Sul/CUT, 2003.

GOLDFARB, Y. O desafio da recriação camponesa através de uma nova relação campo-cidade nas comunas da terra. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Presidente Prudente, 2005. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/>>. Acessado em: 02 nov 2006.

GÖRGEN, F. S. A resistência dos pequenos gigantes: a luta e a organização dos pequenos agricultores. Petrópolis: Vozes, 1998.

GRUPO ECOSUL/FETRAF-SUL. Música da agricultura familiar. Disponível em: <<http://www.fetrafsul.org.br>>. Acesso em: 10 jan 2006.

MARTINS, A. F. G. Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo: as comunidades de resistência e superação no MST. São Paulo. PUC-SP, 2004. (Dissertação de Mestrado).

MEDEIROS, L. S. “Sem terra”, “assentados”, “agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Buenos Aires: CLACSO, 2001.

MELUCCI, A. A invenção do presente. Petrópolis: Vozes, 2001.

MST. Congresso do MST reúne 17 mil em Brasília. 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acessado em: 20, jun 2007.

MUELLER, C. C.; MARTINE, G. Modernização da agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil – a década de 1980. Revista de economia política, v. 17, nº 3(67), jul/set 1997.

NAVARRO, Z. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Z. (org.). Política, protesto e cidadania no campo. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

PAOLI, M. C.; TELLES, V. S. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

PEREIRA, J. M. M. A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005). Revista NERA, n. 6, jan./jun. 2005.

PICOLOTTO, E. L. “Sem medo de ser feliz na agricultura familiar”: o caso do movimento de agricultores em Constantina-RS. Santa Maria: UFSM, 2006 (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <www.ufsm.br/extrural>.

_____. Novas identidades e novas dinâmicas dos movimentos sociais do campo na região sul do Brasil. Curitiba: UFPR, 2007 (Monografia de Especialização).

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 1996.

SEVILLA GUZMÁN, E.; MOLINA, M. G. Sobre a evolução do conceito de campesinato. São Paulo: Expressão Popular/Via Campesina, 2005.

TOURAINÉ, A. Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 2006.

VERAS, M. M. Agroecologia em assentamentos do Rio Grande do Sul: entre as virtudes do discurso e os desafios da prática. Florianópolis: UFSC. 2005. (Dissertação de Mestrado).

VIA CAMPESINA. Subsídios para implementar a campanha das sementes. São Paulo: Via Campesina, 2003.

ZAMBERLAM, J.; FRONCHETTI, A. Cooperação agrícola: melhoria econômica ou novo projeto de vida? Passo Fundo: Berthier, 1992.